

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2015**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E / OU REMANUFATURADO, VISANDO PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPUMOSO/RS**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **8 horas do dia 02 de Abril do ano de 2015**, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Arthur Ritter de Medeiros, S/N, reunir-se-ão a pregoeira e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 16.745/2013, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para **FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO**, com a entrega de acordo com as necessidades do Município, dos bens descritos no objeto, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 2712-2011, de 02 de maio de 2011, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993, Processo Administrativo nº 102.279/2015, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente licitação o **FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE**

**VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO**, conforme especificações com os critérios e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdivida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens que forem de seu interesse.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**1.4.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**1.4.2.** ANEXO II - Minuta de Contrato

**1.4.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**2.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**2.2.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**2.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**2.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**2.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

**2.2.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**2.2.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**2.2.7.** Que estejam reunidas em consórcio;

**2.2.8.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**2.2.9.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**2.2.10.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

**2.3.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.2 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.2** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**a)** se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**a.6)** apresentar, ainda declaração de idoneidade, conforme anexo III.

**b)** se representada por procurador, deverá apresentar:

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1.º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme anexo V.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

### **4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n.º 01 - PROPOSTA DE PREÇO - e n.º 02 - DOCUMENTOS.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

## **5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**

**5.1.** Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 9 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n.º1 e n.º2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2015**  
**ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA FINANCEIRA**  
**PROPONENTE: (Nome completo da Empresa)**

**AO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2015**  
**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**  
**PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa)**

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias contados da data da proposta, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas (modelo anexo III), e deverá conter:

- a)** razão social da empresa;
- b)** descrição completa do produto ofertado, referências e demais dados técnicos, com indicação da marca e fabricante, prazo de garantia do produto.
- c)** preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.
- d)** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

**6.2.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**7.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**7.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**7.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**7.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**7.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

**7.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**7.6.1.** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **R\$ 1,00 (um real)**.

**7.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 23 deste edital.

**7.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**7.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**7.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados no termo de referência, decidindo motivadamente a respeito.

**7.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**7.13.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**7.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**7.15.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**7.16.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 23.1 deste edital.

**7.17.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

**7.18.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**7.19.** Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**7.19.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO do item**.

**7.20.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

**7.21.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

- 7.21.1.** Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.2.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.3.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.
- 7.22.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
  - a)** produzidos no País;
  - b)** produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
  - c)** produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.22.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.19.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 8.19.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.20.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

**8.21.** Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

**8.21.1.** Relativos à Habilitação Jurídica:

- a)** cédula de identidade;
- b)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.21.2.** Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte **municipal (Alvará)**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- d.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal e Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros (INSS);
- f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**8.21.2.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

**8.21.3.** Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu



domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **30 (trinta) dias** contados da data da sua apresentação;

**b.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**b.1.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

**b.2.** As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

**b.3.** No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

**b.4.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**b.5.** A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.6.** O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui **capital mínimo ou patrimônio líquido** equivalente a **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.19.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 9.19.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.20.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
- 9.21.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.22.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no ato do certame a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.23.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.24.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.24.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.24.1.1.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

- 9.24.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.
- 9.24.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 9.24.4.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.25.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata por email.
- 9.26.** Todos os prazos acima poderão ser prorrogados mediante justificada solicitação.

## **10. DOS RECURSOS**

- 10.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.1** O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.
- 10.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.3** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 10.3.1** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 10.4** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.19.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**11.20.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DAS RESPONSABILIDADES**

**12.1** Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os materiais fornecidos pela presente tomada de preços serão fiscalizados pelo Município, aprovado ou rejeitado pela contratante, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

**12.2** A Secretaria competente designará um fiscal do contrato, que ficará com a responsabilidade de receber a mercadoria, conferir e acompanhar a distribuição, enfim, acompanhar a fiel execução do contrato.

**12.3** A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender, prontamente, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto para tratar com o Município.

## **13. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**13.1** O contrato terá sua vigência até 31 (Trinta e Um) de dezembro de 2015, ou antes, quando esgotado o saldo do contratado.

**Parágrafo Único:** Findo a vigência do Contrato, estornar-se-ão eventuais saldos do objeto licitado a serem retirados;

## **14. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**14.19.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e no Contrato.

- 14.20.** Os materiais deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, devendo os mesmos estar à disposição da Administração em até 05 (cinco) dias após o recebimento da solicitação, sem quaisquer ônus adicionais.
- 14.21.** A entrega dos materiais será efetuada em parcelas, de acordo com a necessidade da Administração Municipal e solicitação do responsável.
- 14.22.** Havendo rejeição dos bens pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos., na hipótese de estarem em desacordo com as especificações e condições em que foram licitados, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) retirá-los, do lugar onde se encontram armazenados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação para assim proceder, sob pena de multa moratória correspondente a 0,05% sobre o preço dos bens rejeitados, por dia de armazenamento excedente - facultado ao Município devolver os bens ao local de origem mediante remessa com frete a pagar, para cuja providência desde já expressamente autorizada.

## **15. DO PAGAMENTO**

- 15.19.** O prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- 15.20.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
- 15.20.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 15.21.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 15.22.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## **16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 16.19.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

**2098 – Manutenção das Estradas Municipais**

**2198 – Fundo Municipal de Assistência Social**

**2007 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito**  
**2026 – Manutenção da Secretaria Municipal da Agricultura**  
**2042 – Manutenção da Secretaria Municipal da Fazenda**  
**2129 – Ações do Fundo Municipal de Saúde – ASPS**  
**2058 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação**  
**2071 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental – MDE**  
**2095 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

**Elemento Despesa 3390.30.00.00.00.00 – Material de Consumo**

#### **17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.19.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- 17.19.1.** Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - 17.19.2.** Apresentar documentação falsa;
  - 17.19.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 17.19.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
  - 17.19.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
  - 17.19.6.** Cometer fraude fiscal;
  - 17.19.7.** Fizer declaração falsa;
  - 17.19.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 17.20.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a.** Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - b.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 17.20.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.21.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 17.22.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

- 17.23.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.24.** As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
- 17.25.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **18. DAS PENALIDADES**

**18.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

**18.2.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**18.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.19.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

**19.19.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

- 19.19.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 19.20.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [licitacoes@espumoso.rs.gov.br](mailto:licitacoes@espumoso.rs.gov.br).
- 19.21.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.22.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 19.23.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 19.24.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.25.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.25.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 19.26.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 19.27.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.28.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



- 19.29.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.30.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.31.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 19.32.** O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.espumoso.rs.gov.br](http://www.espumoso.rs.gov.br)
- 19.33.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.
- 19.34.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
- 19.35.** Dúvidas sobre o Edital e/ou quanto às especificações técnicas do objeto desta licitação, deverão ser apresentadas na forma de ofício, inclusive via fax-símile, endereçados ao “**Setor de Licitações – Pregão Presencial nº 006/2015**” e serão respondidas expressamente aos interessados e demais licitantes até 24 horas antes da abertura da licitação.
- 19.36.** Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h às 11h30 min e das 13h 30 min às 16h, na Prefeitura Municipal de Espumoso, no Setor de Licitações, sito na Praça Arthur Ritter de Medeiros, ou pelo fone 54 383 4450, ramal 214.

**Espumoso - RS, 18 de Março de 2015.**

**DERLY HELDER**  
**Prefeito**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1.** Fornecimento de Pneus, Câmaras de ar, protetor de aro e rodas, novos, com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin ou de qualidade similar, devidamente certificados pelo INMETRO, não reconicionado e / ou remanufaturado, visando para atender a demanda da Frota de Veículos Oficiais das Secretarias Municipais de Espumoso, conforme especificações com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e abaixo relacionado:

#### 2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E QUANTIDADES

LOTE I - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRASPORTE E TRÂNSITO – P/A 2098						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 1.400X24, 16 LONAS 25MM SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (33, 67,131,118)	Unid.	25	R\$ 1.800,00	R\$ 45.000,00
2	PNEU 1.300X24, 16 LONAS 25MM SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (14)	Unid.	04	R\$ 1.600,00	R\$ 6.400,00
3	PNEU 17,5X25, 16 LONAS 25MM SULCO	CARREGADEIRA (15,35)	Unid.	04	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
4	PNEU 12X16X5, (12R 16.5 RADIAL)	RETROESCAVADEIRA (32, 65,105, 106, 132)	Unid.	06	R\$ 2.100,00	R\$ 12.600,00
5	PNEU 19X5X24 (12L R4)	RETROESCAVADEIRA (14)	Unid.	06	R\$ 2.300,00	R\$ 13.800,00
6	PNEU 1.000X20, BORRACHUDO RADIAL (100 R20 BOR.)	CAMINHÃO (94, 95, 130)	Unid.	45	R\$ 1.500,00	R\$ 67.500,00
7	PNEU 1.000X20, LISO RADIAL, 1000 R20 BOR.	CAMINHÃO (93)	Unid.	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
8	PNEU 7,50X16, LISO, 12 LONAS	CAMINHONETE (92)	Unid.	04	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00
9	PNEU 900 X20, 14 LONAS, COMUM	CAMINHÃO(93)	Unid.	04	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00

10	PNEU 1,75 X70X14, 8LT	CAMINHONETE (18)	Unid.	08	R\$ 160,00	R\$ 1.280,00
11	PNEU 1,85 X70X14, 88T	CAMINHONETE (38)	Unid.	08	R\$ 210,00	R\$ 1.680,00
12	PNEU 17,5-25 E3/L3, 06 LONAS	CARREGADEIRA (35)	Unid.	04	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
13	PNEU 1000 R20 LISO MISTO	CAMINHÃO (93, 94,95, 130)	Unid.	15	R\$ 1.450,00	R\$ 21.750,00
14	PNEU 295/80 R22.5	REBOQUE E SEMI-REBOQUE (09)	Unid.	08	R\$ 1.450,00	R\$ 11.600,00
15	PNEU 225/70 R15 - 08 LONAS	CAMINHONETE (120)	Unid.	08	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00
16	PNEU 215/75 R17,5 BOR. 16 LONAS	CAMINHONETE (92)	Unid.	08	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
17	PNEU 14 X9X28	TRATOR(36)	Unid.	02	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00
18	PNEU 23 X1X30	TRATOR (36)	Unid.	02	R\$ 3.900,00	R\$ 7.800,00
19	CÂMARA 1.400 x24, 16 LONAS, 25MM SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (33,67,118,131)	Unid.	15	R\$ 140,00	R\$ 2.100,00
20	CÂMARA 1.300 x24, 16 LONAS, 25MM SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (14)	Unid.	03	R\$ 140,00	R\$ 420,00
21	CÂMARA 17,5 x25, 16 LONAS, 25MM SULCO	CARREGADEIRA (15,35)	Unid.	04	R\$ 220,00	R\$ 880,00
22	CÂMARA 12 x16x5 (12R16.5 RADIAL)	RETROESCAVADEIRA (32,65,105,106,132)	Unid.	08	R\$ 70,00	R\$ 560,00
23	CÂMARA 19x5 x24 (12L R4)	RETROESCAVADEIRA (32,65,105,106,132)	Unid.	03	R\$ 220,00	R\$ 660,00
24	CÂMARA 1.000 x20, BORRACHUDO RADIAL, 1000 R20 BOR.	CAMINHÃO (94,95,130)	Unid.	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
25	CÂMARA 900x20 LISO, 14 LONAS, COMUM	CAMINHÃO(93)	Unid.	03	R\$ 70,00	R\$ 210,00
26	CÂMARA 7,50 x16 LISO, 12 LONAS	CAMINHONETE (92)	Unid.	03	R\$ 50,00	R\$ 150,00

27	CÂMARA 14x9x28	TRATOR (36)	Unid.	04	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
28	CÂMARA 23x1x30	TRATOR (36)	Unid.	04	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
29	PROTETOR 1.400 x24, 16 LONAS, 25mm SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (33,67,118,131)	Unid.	15	R\$ 70,00	R\$ 1.050,00
30	PROTETOR 1.300 x24, 16 LONAS, 25mm SULCO G2/L2	RETROESCAVADEIRA (14)	Unid.	06	R\$ 70,00	R\$ 420,00
31	PROTETOR 1.000 x20, BORRACHUDO RADIAL, 100 R20 BOR.	CAMINHÃO (94,95,130)	Unid.	45	R\$ 30,00	R\$ 1.350,00
32	PROTETOR 900 x20, LISO, 14 LONAS, COMUM	CAMINHÃO (93)	Unid.	03	R\$ 30,00	R\$ 90,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 256.700,00
LOTE II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO P/A 2198						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 225X75X15	KOMBI (46)	Unid.	04	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00
2	PNEU 1,85X14 G32 - 08 LONAS R14	PALIO (129)	Unid.	04	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
3	PNEU 185/60 R14	CAMINHONETE	Unid.	04	R\$ 190,00	R\$ 760,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 3.600,00
LOTE III – GABINETE DO PREFEITO P/A 2007						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175X70 R14	FIESTA (108)	Unid.	06	R\$ 320,00	R\$ 1.920,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 1.920,00

LOTE IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE P/A 2026						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175X70 R14	FIAT UNO (80)	Unid.	06	R\$ 320,00	R\$ 1.920,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 1.920,00
LOTE V - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA P/A 2042						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175X70 R14	FIAT UNO (81)	Unid.	06	R\$ 320,00	R\$ 1.920,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 1.920,00
LOTE VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE P/A 2129						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 205/70 R16	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO (114)	Unid.	16	R\$ 600,00	R\$ 9.600,00
2	PNEU 205/70 R15	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO (77)	Unid.	16	R\$ 500,00	R\$ 8.000,00
3	PNEU 205/75 R16	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO (101,135)	Unid.	24	R\$ 650,00	R\$ 15.600,00
4	PNEU 235/75 R15	CAMINHONETE S10(43)	Unid.	04	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
5	PNEU 225/70 R15	SPRINTER (66,76)	Unid.	32	R\$ 500,00	R\$ 16.000,00
6	PNEU 225/75 R16	SPRINTER (136)	Unid.	16	R\$ 600,00	R\$ 9.600,00
7	PNEU 175/70 R14	DOBLO (83,109)	Unid.	30	R\$ 320,00	R\$ 9.600,00
8	PNEU 175/70 R13	FIAT UNO MILLE(84)	Unid.	12	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00

9	PNEU 195/65 R15	SPIN (133)	Unid.	16	R\$ 300,00	R\$ 4.800,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 78.800,00
LOTE VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO P/A 2058-2071						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEUS 225/75 R15	S10 (86)	Unid.	04	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00
2	PNEUS 185 C R14	KOMBI (44 – 45)	Unid.	08	R\$ 190,00	R\$ 1.520,00
3	PNEUS 275/80 R22,5, BORRACHUDO	ÔNIBUS (128 134 - - 136)	Unid.	12	R\$ 650,00	R\$ 7.800,00
4	PNEUS 275/80 R22,5, LISOS	ÔNIBUS134 - 128 - 136	Unid.	06	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
5	PNEUS 215/75 R17,5	MICRO74	Unid.	06	R\$ 550,00	R\$ 3.300,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 18.920,00
LOTE VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS P/A 2095						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 1000X20, BORRACHUDO	CAMINHÃO (06 - 07 - 08 - 99 – 11)	Unid.	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
2	PNEU 1000X20, LISO	CAMINHÃO (06 - 07 - 08 - 11 – 19)		12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
3	PNEU 295/80 R22,5	CAMINHÃO (99)		8	R\$ 1.450,00	R\$ 11.600,00
4	PNEU 7,50X16, LISO, 12 LONAS	CAMINHONETE (10)		4	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00
5	PNEU 225X75 R15	CAMINHONETE (17)		4	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
6	PNEU 7,50 R18	TRATOR/RETROESCAVADEIRA (40 – 20)		4	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00

7	PNEU 17,5X25, 16LONAS	RETROESCAVADEIRA (65)		2	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
8	PNEU 12X16X5, 12R 16.5, RADIAL	RETROESCAVADEIRA (65,104)		4	R\$ 2.100,00	R\$ 8.400,00
9	PNEU 19X5X24, 12L R4	RETROESCAVADEIRA (96, 104 , 20)		4	R\$ 2.300,00	R\$ 9.200,00
10	PNEU 7,50X16, BORRACHUDO	RETROESCAVADEIRA (96)		2	R\$ 450,00	R\$ 900,00
11	CÂMARA 1000X20, BOR. E LISO, RADIAL	CAMINHÃO (06, 07 ,08, 99, 11)		30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
12	CÂMARA 7,50X16, LISO	CAMINHONETE (10)		4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
13	CÂMARA 225X75 R15	CAMINHONETE (17)		4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
14	CÂMARA 7,50 R18	TRATOR (40)		2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
15	CÂMARA 17,5X25, 16LONAS	RETROESCAVADEIRA (65)		2	R\$ 220,00	R\$ 440,00
16	CÂMARA 12X16X5, 12R 16.5, RADIAL	RETROESCAVADEIRA (65,104)		4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
17	CÂMARA 19X5X24, 12L R4	RETROESCAVADEIRA (96, 20)		4	R\$ 220,00	R\$ 880,00
18	CÂMARA 7,50X16, BORRACHUDO	RETROESCAVADEIRA (86)		2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
19	PROTETOR 1000X20, BOR. E LISO, RADIAL	CAMINHÃO (06, 07, 08, 99, 11)		30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
TOTAL DO LOTE						R\$ 94.400,00

**2.1.** Não serão aceitos pneus tipo remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento.

**2.2.** Contados a partir da data de entrega, os pneus deverão:

**2.2.1.** possuir garantia de cinco anos, contra quaisquer defeitos de fabricação;

**2.2.2.** terem sido produzidos no máximo nos últimos doze meses.

**2.3. Só será aceita proposta com a totalidade do material solicitado em cada item.**

### **3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** O fornecimento dos bens acima elencados atenderá às necessidades dos pneus especificados, os quais constituem item imprescindível de segurança para veículos, para que seja procedida manutenção preventiva da frota do Município de Espumoso/RS, seguindo os procedimentos para

troca indicados pelos respectivos fabricantes, decorrentes do desgaste pelo uso do produto. São ainda insumos fundamentais para o funcionamento dos automóveis, sendo estes ferramentas indispensáveis às atribuições públicas. A Manutenção preventiva e satisfatória reverte-se em economicidade, garantindo a durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes em serviço.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**4.1.** Os bens a serem fornecidos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

#### **5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

**5.1.** O fornecimento será efetuado **de acordo com a necessidade do órgão**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso, sendo incluída neste prazo, a eventual substituição de objeto entregue desconforme com as especificações exigidas.

**5.2.** Os bens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Transporte e Transito, no endereço: **Rua Primo João Reolon, s/nº, Bairro Distrito Industrial, Espumoso/RS – CEP 994000-000**, no horário das **08h às 11h 30min** e das **13h30min às 17h00** horas.

#### **6. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**6.1.** O custo estimado total da presente contratação é de R\$ **458.180,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta reais)**.

**6.2.** O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas e em pesquisas de mercado, conforme o caso.

#### **7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**7.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**7.2.1.** Caso o objeto entregue não esteja de acordo com as especificações mínimas exigidas, será dada continuidade na contagem do prazo inicial de 05 (cinco) dias, outrossus suspenso em razão do recebimento provisório.



## **8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**8.1.** Poderão participar deste Processo Licitatório, os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**8.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**8.2.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

**8.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**8.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**8.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;

**8.2.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

**8.2.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**8.2.7.** Que estejam reunidas em consórcio;

**8.2.8.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**8.2.9.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**8.2.10.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.3.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A Contratada obriga-se a:

**9.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**9.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 9.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **72 (setenta e duas horas)**, o produto com avarias ou defeitos;
- 9.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 9.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 9.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **10.1. A Contratante obriga-se a:**

- 10.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 10.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 10.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 10.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 10.1.5.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer (quaisquer) dano (s) provocado (s) a terceiro (s) em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 11.1.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**11.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.3.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. FISCALIZAÇÃO**

**12.1. Laíres Josué Fiuza** – Secretário Municipal de Transporte.

## ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2015

CONTRATO N.º (\_\_\_)/2015 - FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E / OU REMANUFATURADO, VISANDO PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO.

Que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE ESPUMOSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob o n.º 87.612.743/0001-09, com sede na Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n.º, na cidade de Espumoso-RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **DERLY HELDER**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, daqui em diante denominado de **CONTRATANTE** e, de outro lado (\_\_\_), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº (\_\_\_), com sede na (\_\_\_), na cidade de (\_\_\_), representada pelo **SR. (\_\_\_)**, daqui em diante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei 8.666/93, e de conformidade com o resultado do processo licitatório modalidade **Pregão Presencial nº 006/2015**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E / OU REMANUFATURADO, VISANDO PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO.**

**1.2 O promitente vendedor tendo apresentado a melhor proposta financeira, licitada pelo comprador na PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2015, obriga-se à entrega das seguintes mercadorias:**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA FABRICANTE /	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E LOCAL**

2.1 Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, devendo os mesmos estar à disposição da Administração em até 05 (cinco) dias após o recebimento da solicitação.

2.2 A entrega dos materiais será efetuada em parcelas, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

3.1 O valor do presente ajuste é de até R\$ (\_\_\_\_) ( \_\_\_\_ ).

3.2 A presente despesa correrá por conta da seguinte atividade constante no Orçamento do Corrente Exercício:

**2098 – Manutenção das Estradas Municipais**

**2198 – Fundo Municipal de Assistência Social**

**2007 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito**

**2026 – Manutenção da Secretaria Municipal da Agricultura**

**2042 – Manutenção da Secretaria Municipal da Fazenda**

**2129 – Ações do Fundo Municipal de Saúde – ASPS**

**2058 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação**

**2071 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental – MDE**

**2095 – Manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**

**Elemento Despesa 3390.30.00.00.00.00 – Material de Consumo**

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 O pagamento do material será em até 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal e a entrega da mercadoria solicitada por funcionário autorizado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1 A contratada ao não satisfizer os compromissos assumidos será aplicada as seguintes penalidades:

a) **ADVERTÊNCIA:** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

b) **MULTA:** no caso de atraso ou negligência na entrega dos materiais, será aplicada multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

c) Caso a contratada persista descumprindo as obrigações assumidas serão aplicadas nova multa, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado e rescindido o contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

d) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666-93.

5.2 Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo do licitante.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 A rescisão contratual poderá ser:

6.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

6.2 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula anterior.

6.2.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

6.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

**7.1** O contrato terá sua vigência até 31 (Trinta e Um) de dezembro de 2015, ou antes, quando esgotado o saldo do contratado.

**Parágrafo Único:** Findo a vigência do Contrato, estornar-se-ão eventuais saldos do objeto licitado a serem retirados;

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – O EQUILÍBRIO ECONÔMICO**

**8.1** Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, Letra “d” da Lei 8.666/93, mediante a comprovação documental e requerimento expresso do promitente vendedor.

#### **9. CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO**

**9.1.** O presente contrato é regido Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 2712-2011, de 02 de maio de 2011, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

**10.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Espumoso – RS, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justa e concordes, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas.

**ESPUMOSO- RS, (\_\_\_\_) de (\_\_\_\_) de 2015.**

**DERLY HELDER**  
**Promitente Comprador**

(\_\_\_\_\_  
**Promitente Vendedor**

Testemunhas:

**ANEXO III**  
**PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

AO  
MUNICÍPIO DE ESPUMOSO  
PRAÇA ARTHUR RITTER DE MEDEIROS, S/N – CENTRO  
CEP 99400-000 – ESPUMOSO-RS

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_  
EMAIL: \_\_\_\_\_

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: \_\_\_\_\_  
AG: \_\_\_\_\_  
CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade Pregão Presencial nº 006/2015, apresentando a proposta financeira para eventual **FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETOR DE ARO E RODAS, NOVOS, COM PADRÃO DE QUALIDADE PIRELLI, GOODYEAR, FIRESTONE, MICHELIN OU DE QUALIDADE SIMILAR, DEVIDAMENTE CERTIFICADOS PELO INMETRO, NÃO RECONDICIONADO E / OU REMANUFATURADO, VISANDO PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPUMOSO.**

LOTE I - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO – P/A 2098						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 1.400X24, 16 LONAS 25MM SULCO G2/L2		Unid.	25		
2	PNEU 1.300X24, 16 LONAS 25MM SULCO G2/L2		Unid.	04		
3	PNEU 17,5X25, 16 LONAS 25MM SULCO		Unid.	04		
4	PNEU 12X16X5, (12R 16.5 RADIAL)		Unid.	06		



5	PNEU 19X5X24 (12L R4)		Unid.	06		
6	PNEU 1.000X20, BORRACHUDO RADIAL (100 R20 BOR.)		Unid.	45		
7	PNEU 1.000X20, LISO RADIAL, 1000 R20 BOR.		Unid.	10		
8	PNEU 7,50X16, LISO, 12 LONAS		Unid.	04		
9	PNEU 900 X20, 14 LONAS, COMUM		Unid.	04		
10	PNEU 1,75 X70X14, 8LT		Unid.	08		
11	PNEU 1,85 X70X14, 88T		Unid.	08		
12	PNEU 17,5-25 E3/L3, 06 LONAS		Unid.	04		
13	PNEU 1000 R20 LISO MISTO		Unid.	15		
14	PNEU 295/80 R22.5		Unid.	08		
15	PNEU 225/70 R15 - 08 LONAS		Unid.	08		
16	PNEU 215/75 R17,5 BOR. 16 LONAS		Unid.	08		
17	PNEU 14 X9X28		Unid.	02		
18	PNEU 23 X1X30		Unid.	02		
19	CÂMARA 1.400 x24, 16 LONAS, 25MM SULCO G2/L2		Unid.	15		
20	CÂMARA 1.300 x24, 16 LONAS, 25MM SULCO G2/L2		Unid.	03		
21	CÂMARA 17,5 x25, 16 LONAS, 25MM SULCO		Unid.	04		
22	CÂMARA 12 x16x5 (12R16.5 RADIAL)		Unid.	08		
23	CÂMARA 19x5 x24 (12L R4)		Unid.	03		
24	CÂMARA 1.000 x20, BORRACHUDO RADIAL, 1000 R20 BOR.		Unid.	20		

25	CÂMARA 900x20 LISO, 14 LONAS, COMUM		Unid.	03		
26	CÂMARA 7,50 x16 LISO, 12 LONAS		Unid.	03		
27	CÂMARA 14x9x28		Unid.	04		
28	CÂMARA 23x1x30		Unid.	04		
29	PROTETOR 1.400 x24, 16 LONAS, 25mm SULCO G2/L2		Unid.	15		
30	PROTETOR 1.300 x24, 16 LONAS, 25mm SULCO G2/L2		Unid.	06		
31	PROTETOR 1.000 x20, BORRACHUDO RADIAL, 100 R20 BOR.		Unid.	45		
32	PROTETOR 900 x20, LISO, 14 LONAS, COMUM		Unid.	03		

**TOTAL DO LOTE**

**LOTE II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO P/A 2198**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 225X75X15		Unid.	04		
2	PNEU 1,85X14 G32 - 08 LONAS R14		Unid.	04		
3	PNEU 185/60 R14		Unid.	04		

**TOTAL DO LOTE**

**LOTE III – GABINETE DO PREFEITO P/A 2007**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175X70 R14		Unid.	06		

**TOTAL DO LOTE**

**LOTE IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE P/A 2026**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
------	-------------------------	--------------------	-------------------	--------	--------------------	-------------

1	PNEU 175X70 R14		Unid.	06		
TOTAL DO LOTE						
LOTE V - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA P/A 2042						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 175X70 R14		Unid.	06		
TOTAL DO LOTE						
LOTE VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE P/A 2129						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEU 205/70 R16		Unid.	16		
2	PNEU 205/70 R15		Unid.	16		
3	PNEU 205/75 R16		Unid.	24		
4	PNEU 235/75 R15		Unid.	04		
5	PNEU 225/70 R15		Unid.	32		
6	PNEU 225/75 R16		Unid.	16		
7	PNEU 175/70 R14		Unid.	30		
8	PNEU 175/70 R13		Unid.	12		
9	PNEU 195/65 R15		Unid.	16		
TOTAL DO LOTE						
LOTE VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO P/A 2058-2071						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	PNEUS 225/75 R15		Unid.	04		
2	PNEUS 185 C R14		Unid.	08		
3	PNEUS 275/80 R22,5, BORRACHUDO		Unid.	12		
4	PNEUS 275/80 R22,5, LISOS		Unid.	06		
5	PNEUS 215/75 R17,5		Unid.	06		
TOTAL DO LOTE						
LOTE VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS P/A 2095						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL

1	PNEU 1000X20, BORRACHUDO					
2	PNEU 1000X20, LISO					
3	PNEU 295/80 R22,5					
4	PNEU 7,50X16, LISO, 12 LONAS					
5	PNEU 225X75 R15					
6	PNEU 7,50 R18					
7	PNEU 17,5X25, 16LONAS					
8	PNEU 12X16X5, 12R 16.5, RADIAL					
9	PNEU 19X5X24, 12L R4					
10	PNEU 7,50X16, BORRACHUDO					
11	CÂMARA 1000X20, BOR. E LISO, RADIAL					
12	CÂMARA 7,50X16, LISO					
13	CÂMARA 225X75 R15					
14	CÂMARA 7,50 R18					
15	CÂMARA 17,5X25, 16LONAS					
16	CÂMARA 12X16X5, 12R 16.5, RADIAL					
17	CÂMARA 19X5X24, 12L R4					
18	CÂMARA 7,50X16, BORRACHUDO					
19	PROTETOR 1000X20, BOR. E LISO, RADIAL					
TOTAL DO LOTE						

Validade da proposta: ..... (.....) dias da abertura da proposta financeira.

Data da Proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do Responsável: \_\_\_\_\_

Carimbo e Assinatura:

***A proposta deverá apresentar preços correntes no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionaria ou de custo financeiro, conforme estabelece o artigo 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e o art. 4º, do Decreto nº 1.054/94.***